

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRAUÇUBA

TOMADA DE PREÇOS Nº 2023.03.09.01.

Decisão referente ao julgamento do TERMO DE RECURSO interposto pela empresa ABRV CONSTRUÇÕES SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA - EPP.

Trata-se de JULGAMENTO dos termos recursais dirigidos à Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Irauçuba, interposto **TEMPESTIVAMENTE** pela sobredita empresa, com fundamento legal à Lei nº 8.666/93, artigo 109, inciso I, alínea "a", na qual discorre acerca de suposta ilegalidade na sua inabilitação no certame originado no Edital de Tomada de Preços supramencionado.

Primeiramente, enfatizamos o princípio da legalidade, onde, ao contrário do particular que, como regra, pode fazer aquilo que lei não proíba, o administrador público somente pode agir em virtude de lei. Assim, todos os atos administrativos derivados da Comissão de Licitações da Prefeitura Municipal de Irauçuba, devem obediência à legislação que o regulamenta.

Feitas as considerações de estilo, passamos a análise das razões de mérito do termo recursal interposto, bem como o confronto aos documentos de habilitação da empresa onde, analisando compulsoriamente os autos, verificamos que o Parecer Técnico do Engenheiro do Município circunstancia deficiências técnicas intransponíveis, capazes de comprometer materialmente as conclusões pela correta e necessária qualificação técnica mínima necessária e predisposta em Edital, motivo pelo qual permanecem inalteradas as condições de inabilitação de todas as empresas, pelas razões já inicialmente anotadas aos presentes autos.

Tal entendimento é, sobretudo, abalizado em recente recomendação do Ministério Público Federal, no qual a Prefeitura Municipal de Irauçuba sinalizou ao referido órgão o acatamento e implementação das medidas preventivas anotadas pelo Exmo. Procurador da República, Dr. Carlos Wagner Barbosa Guimarães.

Até porque além da aptidão da empresa, comprovável em função de sua experiência, a Administração deve exigir comprovação da "capacitação técnico-profissional", nos termos do § 1º do mesmo art. 30. Também não é outro o entendimento de JESSÉ TORRES PEREIRA JUNIOR, in Comentários à Lei das Licitações e Contratações da Administração Pública, 1994, p.30, que assim preleciona:

"Os parágrafos do art. 30 preocupam-se sobretudo com a prova da qualificação técnica nos casos de obras ou serviços. O atestado de capacitação técnico-profissional cingir-se-á a certificar que o habilitante possui, em seu quadro permanente de pessoal, na data da licitação, que é a da entrega dos envelopes pelos licitantes, profissional de nível superior em cujo nome haja sido emitido atestado de responsabilidade técnica (necessariamente registrado no órgão de controle do exercício profissional) por execução de obra ou serviço de características semelhantes às do objeto da licitação; a semelhança se estenderá às

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRAUCUBA

parcelas significativas para o objeto da licitação. Inspira a vedação a quantidades mínimas (de atestados) e a prazos máximos, a épocas e locais específicos. Interpretação restritiva superará o aparente excesso da nova lei. O que esta em verdade proscreve é a exigência de experiência anterior em "locais específicos", e, não, a exigência de experiência anterior. Esta parece indispensável a que da licitação resulte como a mais vantajosa proposta formulada por empresa capaz de dar integral cumprimento às obrigações que contratará, como quer a Constituição da República".

Quanto à questão da capacidade técnica operacional: O saudoso mestre Hely Lopes Meirelles, in Direito Administrativo, 20ª ed., 1995, p. 270, assim preleciona:

"A comprovação da capacidade técnico-operacional continua sendo exigível, não obstante o veto aposto à letra "b" do § 1º do art. 30. Na verdade, o dispositivo vetado impunha limitação a essa exigência e a sua retirada do texto legal deixou a critério da entidade licitante estabelecer, em cada caso, as exigências indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações, exigências, essas, que devem ser pertinentes e compatíveis com o objeto da licitação"

Carlos Pinto Coelho Motta, in Eficácia nas Licitações e Contratos, 1994, p. 149, para reforçar a sua interpretação do art. 30, cita na íntegra as seguintes conclusões do Prof. Antônio Carlos Cintra do Amaral, no seu parecer intitulado "Qualificação Técnica da empresa na nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos", separata da Revista Trimestral de Direito Público, nº 5, Malheiros Editores:

"1. Para efeito de qualificação técnica de empresas licitantes, a Administração deve, com base na Lei 8.666/93, exigir atestados referentes à sua capacitação técnica, com vistas à "comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação" (art. 30, II).

Nesse sentido são as palavras de Marçal Justen Filho, in Comentários a Lei de Licitações e Contratos Administrativo, 1994, p. 174, *verbis*:

"Na linha de proibir cláusulas desarrazoadas, a Lei veda expressamente a exigência de prazo mínimo no exercício de atividades, desempenho de atividades em certos locais, etc (§ 5º). Isso não significa vedar a exigência de experiência anterior na execução de contratos similares."

O Egrégio TCU proferiu a Decisão nº 285/2000-TCU-Plenário, referente ao TC011.037/99-7, DOU Seção de 04.05.2000, págs. 105/107, em que o Relator Min. ADHEMAR PALADINI GHISI, revendo o seu posicionamento, assim se expressou:

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRAUCUBA

5. "A verificação da qualificação técnica, conforme consta do art. 30 da Lei nº 8.666/93, bem como da econômica, tem por objetivo assegurar que o licitante estará apto a dar cumprimento às obrigações assumidas com a Administração, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, não podendo a sua comprovação ser feita mediante a formulação de exigências desarrazoadas, que comprometam a observância do princípio constitucional da isonomia. 6. Com efeito, na linha defendida pela Decisão nº 767/98 – TCU – Plenário, há que ser entendido que o inciso II do art. 30 da Lei nº 8.666/93 pode ser dividido em duas partes. Uma relativa ao licitante e outra ao pessoal técnico que integra o seu corpo de empregados. A primeira, que cuida da comprovação de aptidão do interessado para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação refere-se, pois, no presente caso, à pessoa jurídica. A outra, qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos, dirige-se especificamente aos seus profissionais. 7. Prosseguindo, a limitação contida no § 1º do art. 30 da Lei nº 8.666/93 aplicase exclusivamente à comprovação da qualificação técnica dos profissionais que se responsabilizarão pelos trabalhos. Por conseguinte, a comprovação de aptidão do interessado, conforme mencionado no item anterior, há que ser exigida e feita com base em parâmetros distintos, de forma a assegurar o cumprimento das obrigações assumidas, na forma estabelecida no inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal. 9. Considerando, pois, que a indicação do pessoal técnico e as exigências da comprovação de sua qualificação são necessárias, porém não suficientes, a habilitar tecnicamente o interessado, cabe identificar a melhor forma de atender aos comandos constitucional e legal que determinam a aferição da capacidade de o licitante cumprir as obrigações assumidas.

É exatamente para salvaguardar o interesse público de ocorrências dessa natureza, que a lei admite que se verifique a qualificação do responsável técnico destacado para a execução dos serviços, como parte do quadro técnico permanente da empresa ou, ainda, declaração de que se responsabilizará para a execução dos serviços, objeto da contratação, caso a empresa venha a ser vencedora da licitação, como compromisso posterior, somente exigido em caráter eliminatório à empresa vencedora do certame, para efeitos habilitatórios. Sequer poder-se-ia afirmar, neste caso, que as exigências editalícias seriam restritivas à competição, nos termos do art. 3º, §1º, inc. I da Lei 8.666/93.

Assim sendo, não se pode, por amor à competição, deixar de prever requisitos que sejam pertinentes e relevantes ao atendimento do objeto perseguido, à luz do interesse público, porque não é essa a *ratio legis*. O que o dispositivo visa coibir é a exigência infundada, dirigida

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRAUCUBA

exclusivamente a privilegiar alguns e afastar outros licitantes, sem qualquer justificativa. No entanto, não fere a competição a exigência de requisitos que, de fato, sejam necessários no caso concreto, face ao objeto a ser contratado.

Além disso, entendemos muito mais objetivo o critério afeto à definição de um quantitativo específico (logicamente desde que o mesmo seja proporcional ao objeto licitado), do que a previsão genérica de alguns editais, no sentido de se demonstrar execução de obra ou serviço "pertinente", "compatível" e "semelhante", o que pode levar, não raro, à subjetividade de julgamentos, ao arrepio da lei. Ao final vimos esclarecer:

1. A redação inciso I, § 1º, do art. 30, - "vedadas quantidades mínimas e prazos máximos" - diz respeito única e exclusivamente ao número de atestado que se pode exigir e não a quantitativos. 2. Não foram limitadas as quantidades de atestados técnicos operacionais ou profissionais exigidos. Pode a empresa apresentar um atestado para cada um dos itens exigidos. Neste caso podemos ter a apresentação de um atestado (onde constem todos os itens, respeitados os quantitativos mínimos exigidos para cada um) ou termos a apresentação de vários atestados (cada um constando um item, respeitado o quantitativo mínimo exigido). 3. A exigência da qualificação técnica profissional e operacional não se refere à totalidade dos itens da obra e sim aqueles de maior relevância e valor significativo. 4. Não procede a alegação de que estaríamos exigindo atestado de execução de "obra idêntica em sua totalidade" àquela que visamos realizar, tanto que os quantitativos equivalem apenas aos itens de maior relevância, quer pela sua complexidade, quer pelo valor significativo em relação ao total da obra. 5. As alegações de que "empresa que nunca tenha realizado objeto idêntico ao licitado pode apresentar-se em melhores condições para o desempenho da atividade buscada pelo órgão licitante em decorrência da realização de diversas obras similares" ou "um potencial interessado pode nunca ter realizado objeto idêntico ao da licitação, e apresentar melhores condições para executar o objeto do certame, comprovando sua capacidade técnica através de realização de diversas obras similares" somente vem comprovar o entendimento equivocado do Recorrente de que estamos exigindo comprovação de experiência em obra idêntica a que se pretende contratar. Exigiu-se nesse certame experiência em 04 itens, de um total de 95 itens a contratar. O total de itens cuja experiência se exige equivale a 48,70% do valor total da contratação (considerado sem BDI). Dessa forma, não há se questionar a relevância de tais exigências e se confirma que não estamos exigindo experiência em obra idêntica, caso contrário, tal percentual seria de 100%, quer nos quantitativos, quer no número de itens exigidos. 6. Realmente se pode dizer que quem "nunca tenha realizado objeto idêntico ao licitado pode apresentar-se em melhores condições para o desempenho da atividade buscada pelo órgão licitante em decorrência da realização de diversas obras similares", porém, não se trata de uma

ACB
Rubrica



Centro Administrativo – Sede da Secretaria da Administração
Rua Walmar Braga, 507, Centro | Iraucuba-CE | CEP: 62.620-000



licitacao@iraucuba.ce.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRAUCUBA

afirmação, mas sim de uma incógnita: o verbo “poder” se concretiza afirmativa ou negativamente, e a licitação objetiva garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração. Não há dúvida de que o objetivo da administração é conseguir contratar o melhor e mais capacitado licitante, pelo menor preço, o que não significa dizer que a Administração tenha que aceitar a melhor proposta de qualquer concorrente. Para isso a Lei permite a exigência de atestados de capacidade técnica: para se nivelar os concorrentes de modo que a melhor proposta seja feita por quem efetivamente tenha condições suficientes de garantir qualidade no serviço contratado. 7. Com relação à vedação do somatório de atestados para fins de se conseguir atingir a quantidade mínima de experiência se justifica em função de que aquilo que a Administração objetiva com a exigência de quantitativos mínimos é auferir se a empresa tem experiência em obra de porte e complexidade semelhante a que se pretende executar e, caso se permita o fracionamento dos quantitativos, tal objetivo se esvai e ao final, não se seleciona empresas com a experiência desejada, prejudicando a objetividade de julgamento das propostas.

Por fim, temos que O acórdão 1.332/2006 do Plenário do TCU diferencia bem as duas espécies, à saber:

A qualificação técnica abrange tanto a experiência empresarial quanto a experiência dos profissionais que irão executar o serviço. A primeira seria a **capacidade técnico-operacional**, abrangendo atributos próprios da empresa, desenvolvidos a partir do desempenho da atividade empresarial com a conjugação de diferentes fatores econômicos e de uma pluralidade de pessoas. A segunda é denominada **capacidade técnico-profissional**, referindo-se a existência de profissionais com acervo técnico compatível com a obra ou serviço de engenharia a ser licitado.

Nesse sentido, citamos ainda:

Acórdão
Acórdão 2326/2019-Plenário
Data da sessão
02/10/2019
Relator
BENJAMIN ZYMLER
Área
Licitação
Tema
Qualificação *técnica*
Subtema
Conselho de fiscalização profissional



Centro Administrativo – Sede da Secretaria da Administração
Rua Walmar Braga, 507, Centro | Iraucuba-CE | CEP: 62.620-000



licitacao@iraucuba.ce.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRAUCUBA

Outros indexadores

Atestado de capacidade *técnica*, Capacidade *técnico-operacional*, ART, CREA, Obras e serviços de engenharia

Tipo do processo

REPRESENTAÇÃO

Enunciado

Para fins de habilitação *técnico-operacional* em certames visando à contratação de obras e serviços de engenharia, devem ser exigidos atestados emitidos em nome da licitante, podendo ser solicitadas as certidões de *acervo técnico* (CAT) ou anotações/registros de responsabilidade *técnica* (ART/RRT) emitidas pelo conselho de fiscalização profissional competente em nome dos profissionais vinculados aos referidos atestados, como forma de conferir autenticidade e veracidade às informações constantes nos documentos emitidos em nome das licitantes.

Acórdão

Acórdão 2208/2016-Plenário

Data da sessão

24/08/2016

Relator

AUGUSTO SHERMAN

Área

Licitação

Tema

Qualificação *técnica*

Subtema

Atestado de capacidade *técnica*

Outros indexadores

Pessoa jurídica, Capacidade *técnico-profissional*, Capacidade *técnico-operacional*, Pessoa física, Transferência

Tipo do processo

REPRESENTAÇÃO

Enunciado

Não se admite a transferência do *acervo técnico* da pessoa física para a pessoa jurídica, para fins de comprovação de qualificação *técnica* em licitações públicas, pois a capacidade *técnico-operacional* (art. 30, inciso II, da Lei 8.666/1993) não se confunde com a capacidade *técnico-profissional* (art. 30, § 1º, inciso I, da Lei 8.666/1993), uma vez que a primeira considera aspectos típicos da pessoa jurídica, como instalações, equipamentos e equipe, enquanto a segunda relaciona-se ao profissional que atua na empresa.

RES

AUGUSTO SHERMAN



Centro Administrativo – Sede da Secretaria da Administração
Rua Walmar Braga, 507, Centro | Iraucuba-CE | CEP: 62.620-000



licitacao@iraucuba.ce.gov.br

RES



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRAUCUBA

Dito isso, válido destacar a perfeita colocação do jurista UadiLammêgoBulos, ao tratar da litigiosidade que se instalou no âmbito do instituto da licitação, o que denominou República de Suposições, que expõe nos seguintes termos:

[...] ainda quando não tenham tal propósito, acabam fomentando a *febre do litígio nas licitações*, onde os perdedores são estimulados a bater às portas do Poder Judiciário, enxudiando-lhe de pedidos e mais pedidos, abarrotando, mais ainda, a incomensurável carga de trabalho de juízes e Tribunais.

O resultado de tudo isso somente contribui para a existência de uma "República de suposições", onde todos são corruptos até quando se prove o contrário, transmutando-se, via *mutação inconstitucional* [28], o princípio da presunção de inocência (CF, art.5º, LVII).

Assim sendo, essa Comissão de Licitações decidiu por prover a ADMISSIBILIDADE do recurso, face à sua tempestividade e legitimidade, e por seu COMPLETO IMPROVIMENTO, permanecendo a recorrente INABILITADA, conforme razões e fundamentos explanados em PARECER TÉCNICO Nº 004/2023 – ENGENHARIA, motivo pelo qual submeto a análise da presente decisão à consideração da autoridade competente.

Esta é a decisão. s.m.j.

Irauçuba – CE, 18 de maio de 2023.

Renata Mesquita Ferreira
Renata Mesquita Ferreira
Presidente da CCL

Madalena Barbosa Ferreira
Madalena Barbosa Ferreira
Membro da CCL

Maria Risoneide de Lima
Maria Risoneide de Lima
Membro da CCL



Centro Administrativo – Sede da Secretaria da Administração
Rua Walmar Braga, 507, Centro | Irauçuba-CE | CEP: 62.620-000



licitacao@iraucuba.ce.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRAUCUBA

TOMADA DE PREÇOS Nº 2023.03.09.01.

Decisão referente ao julgamento do TERMOS DE RECURSO interposto pela empresa ABRAV CONSTRUÇÕES SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA - EPP.

Recebidos os autos inerentes ao processo licitatório, na modalidade Tomada de Preços nº 2023.03.09.01, para manifestar-se acerca do JULGAMENTO do termo recursal dirigido à Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Irauçuba, interposto **TEMPESTIVAMENTE** pela sobredita empresa, com fundamento legal na Lei Federal nº 8.666/93, artigo 109, inciso I, alínea "a", na qual discorre acerca de suposta ilegalidade na sua inabilitação no certame originado no Edital de Tomada de Preços supramencionado.

Considerando todas as razões anotadas aos fólios da decisão da Comissão, já expostas nos presentes autos, decido por prover a **ADMISSIBILIDADE** do recurso, face à sua tempestividade e legitimidade, e por seu **COMPLETO IMPROVIMENTO**, permanecendo a recorrente **INABILITADA**.

Essa é a decisão.

Retornem os autos conclusos para a Comissão de Licitações, para continuidade do certame, com a abertura das propostas de preços das empresas habilitadas.

Irauçuba – CE, 18 de maio de 2023.


Francisco das Chagas Alves
Secretário de Recursos Hídricos